

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO JOÃO PAULO (PT) NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO EM 27 DE ABRIL DE 1999

Senhoras e senhores deputados,

O estado de Pernambuco assiste a mais uma greve de trabalhadores em educação. As causas são, basicamente, as mesmas de tantas outras, em vários governos. As pautas têm vários pontos em comum, porque os sucessivos governos também têm comportamentos semelhantes, no trato com a educação: não priorizam; não investem o que este setor estratégico merece; permitem que a maioria da população continue prisioneira da falta de uma educação democrática, pública e de qualidade.

O atual governador tem se esforçado para apresentar novidades, mas dentro da lógica neoliberal, abrindo perspectiva de afastar, ainda mais, a nossa gente da educação. O exemplo mais perfeito da sua política são as unidades executoras, criadas para iniciar o processo da privatização das escolas. Tais unidades terão CGC próprio, autonomia para gerar recursos, determinando taxas a serem pagas pelos alunos, firmando convênios e interferindo em questões da administração das escolas, hoje a cargo dos conselhos escolares. Estes sim, fóruns legítimos, democraticamente eleitos pela comunidade escolar.

O outro aspecto desta política aparece quando os trabalhadores em educação recorrem ao instrumento da greve para conquistar suas reivindicações. A resposta veio na forma de ameaças, dentro de uma postura essencialmente autoritária. Privatização e autoritarismo são os dois principais componentes da receita neoliberal para desmontar o serviço público e ampliar o mercado para a iniciativa privada. Lamentavelmente, este prato é servido agora na mesa dos trabalhadores e de toda população usuária da rede estadual de educação. A dureza do ataque aos trabalhadores em greve lembra a truculência dos governos da antiga ARENA e PDS e nos alerta para o fato de que uma das principais personagens daqueles tempos, Marco Maciel, tem forte influência neste governo. Como classificar um governo que considera a greve ilegal, tentando se amparar no argumento da não existência de uma Lei Complementar que regulamente a questão? Na verdade, é um atentado contra o democrático direito de greve, conquistado a duras penas pela classe trabalhadora brasileira. Partindo de uma premissa antidemocrática, o governo ameaça demitir funcionários; exonerar os diretores que não entregarem os seus colegas professores; ameaça demitir os contratados temporariamente; determina o desconto dos dias parados; a suspensão das férias e do recesso escolar para reposição de aulas, além do que os dias parados não serão computados na contagem do tempo de serviço ou de qualquer vantagem relacionada ao tempo trabalhado. Uma série de medidas que falam por si e comprovam o que estou afirmando.

Para não deixar dúvidas sobre sua opção, o governo fecha o diálogo com o sindicato, confiando no poder intimidatório das suas determinações, jogando na desmoralização de uma categoria que, mesmo sem as condições mínimas de trabalho, tem prestado um serviço essencial ao nosso povo. Os trabalhadores em educação merecem outro tratamento, inverso ao que recebem agora. São eles que trabalham enfrentando a violência nas escolas; sobrevivem com salários achatados e congelados há mais de quatro anos; têm o 13º salário atrasado; não têm garantias da implementação da segunda fase do PCC, além de muitas outras dificuldades. Manter o fechamento das negociações é dizer, com seu gesto, que a situação continuará a mesma, ou seja, uma educação em crise, onde falta até gás para cozinhar a merenda, causando a deterioração dos alimentos; com profissionais insatisfeitos, déficit de professores e, fundamentalmente, deixando a população submetida a uma educação incapaz de preparar seus filhos para os desafios do mundo moderno. Mais do que marcar posição no conflito, o governo estará cristalizando uma postura conservadora. O governo deve rever seu posicionamento, abrir canais de negociação com os trabalhadores e procurar propiciar avanços no atendimento dos pontos contidos na pauta de reivindicações apresentada, contendo 22 itens, muitos dos quais pendentes desde o último acordo, em 1998. Agindo assim, os governantes colocam as necessidades da população e do Estado no grau de prioridade que merecem. Nosso mandato não descansará, enquanto não acontecer um desfecho positivo para esta questão, que preocupa toda sociedade pernambucana. Neste sentido, dei entrada ontem, dia 26, em requerimento, propondo uma audiência na Comissão de Educação, onde estejam presentes o secretário de Educação e a representação dos trabalhadores em educação, para realizar um debate sobre este impasse. Finalizo, reafirmando uma posição política: Não tenho dúvidas sobre a justiça do movimento, porque conheço a realidade da educação em Pernambuco. Apoio totalmente a luta dos trabalhadores, porque seus ganhos serão vitória de todo nosso povo.